

Espaço aberto

A primeira vítima

MAURO GUIMARÃES

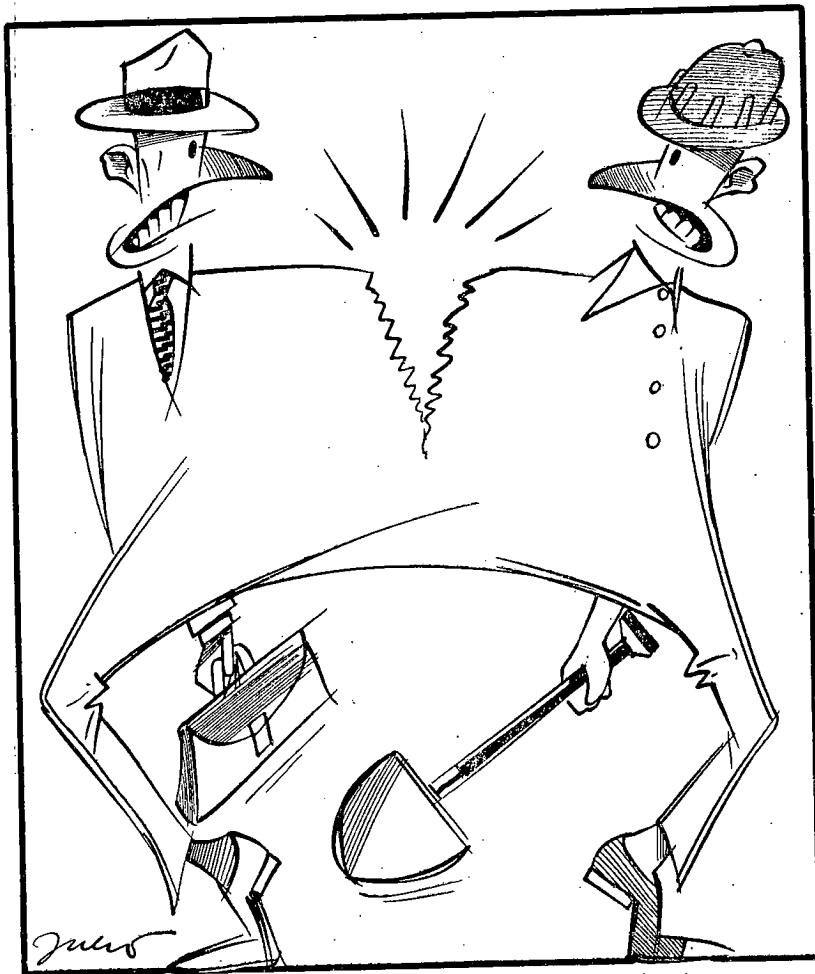
No auge da I Grande Guerra Mundial, produziu-se a clássica definição segundo a qual a primeira vítima, quando começa a guerra, é a verdade. Apenas iniciada a segunda batalha da nossa primeira — e, felizmente, civilizada — “guerra” eleitoral depois de 30 anos, corremos o risco de ver confirmada a sábia definição, com tentativas de abater a verdade do nosso processo eleitoral. Trata-se de especulações que já começam a ser verbalizadas e que contemplam duas grosseiras falsidades que será preciso repudiar para que a nossa verdade eleitoral não seja a primeira vítima desse tipo de trapaça.

Uma dessas especulações tenta insinuar que, se por acaso eleito, Lula não tomará posse. A outra afirma que a disputa no segundo turno será travada em torno do conflito capital x trabalho.

Ora, o que verdadeiramente importa no regime democrático é a convicção de que os resultados desta eleição — quaisquer que sejam eles — são reversíveis por meio de outras eleições. Esse é o segredo tanto da vitalidade política quanto da econômica, nas democracias. Ao contrário, as situações irreversíveis, próprias dos regimes fechados, como os do Chile ou da Nicarágua, é que não geram soluções, mediocrizando, pelo conformismo, qualquer tipo de sociedade. O povo chileno, como o nosso, está tentando reverter sua constrangedora situação política. A Nicarágua não pensa nisso. Mas nós, decididamente, não queremos ser a Nicarágua.

O outro atentado à verdade, grosseiro e primitivo como o primeiro, é o que insinua que o segundo turno das eleições estará submetido ao conflito entre capital e trabalho. O simples enunciado dessa possibilidade retrógrada, que está sendo posta, em todo o mundo, na lata de lixo da História, já significa uma afronta, não apenas à verdade, mas, também, ao vasto espírito de liberdade, de pluralismo e de universalidade que, este sim, vem presidindo as eleições brasileiras.

Na realidade, promover, como ponto central das eleições, o conflito entre capital e trabalho, é tentar escamotear o confronto entre a idéia



da estatização que o PT defende e o desejo de modernização da sociedade que passa pela promoção do pluralismo e da iniciativa individual e pela drástica redução do ineficiente e corrupto aparelho estatal que infere a vida e alcança, diariamente, o bolso do cidadão.

A opção pela estatização é do PT e ele tem, democraticamente, direito a ela. Como, sabidamente, o partido já domina, majoritariamente, os núcleos burocráticos de controle do aparelho estatal, fica esclarecido por que o PT pretende a promoção, e não a redução, do processo estatizante.

Mas, como a opção pelo futuro do País pertencerá ao universo mais amplo de todos os eleitores, talvez fosse bom recordar uma outra sábia definição, que confronta os modernos regimes de economia de mercado e os de planejamento estatal. A

**O confronto
entre capital
e trabalho é
um atentado
à verdade**

racionalidade do planejamento estatal, como acredita o PT, pressupõe, sempre, a possibilidade de **certeza**: todo aquele que supõe essa possibilidade dá um passo no caminho que, de maneira muito previsível, termina na dogmatização do erro. A economia de mercado, ao contrário, pressupõe a **incerteza** do nosso conhecimento: as regras do jogo mantêm reversíveis todos os resultados, pois o jogo em questão — o processo político como um todo — não tem fim. Em termos políticos, a dogmatização do erro caracteriza o Estado totalitário e a concentração nas regras do jogo, o Estado liberal e democrático.

A Rússia dogmatizou seu erro durante 70 anos, até o advento de Gorbachev. O PT, talvez por seu componente clerical, é meio chegado ao dogma. Mas, então, será pelo menos divertido recordar que, em nome do dogma, Torquemada matou mais gente que Calígula.

Mauro Guimarães, jornalista, é vice-presidente da Salles Interamericana.